

AS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS

Restabelecer a Federação

ANTÔNIO CARLOS MESQUITA

A crise nas relações entre a União e os Estados não é novidade e, nem chega a ser uma particularidade do sistema brasileiro. Esse é um problema da nossa época em razão de exigências impostas por um modelo mais dinâmico e complexo da sociedade. O Estado moderno, como um todo, cresceu não somente nas suas dimensões mas também nas suas funções.

O desenvolvimento técnico característico das sociedades modernas é sempre acelerado, os problemas que exigem soluções técnicas devem ser confiados a especialistas. E, por isso, surge a tentação de governar unicamente através dos técnicos ou da tecnocracia. Acontece porém, que democracia e tecnocracia sempre entram em choque. O governo tecnocrático é formado por elites que detêm, ou imaginam que detêm o saber. Já, o governo democrático é um governo, ou deveria ser um governo de todos aqueles que deveriam decidir não com base na competência, mas com base na própria experiência. O único especialista em negócios políticos é o cidadão, através de seus representantes.

Essa é a questão fundamental do federalismo: como compatibilizar a busca de soluções rápidas num sistema o mais democrático possível. Se as decisões são cada vez mais técnicas, conseqüentemente também são mais centralizadas, ocasionando

maiores poderes para a União e enfraquecimento político e econômico dos Estados membros.

Outro complicador é o crescimento da burocracia. Cada aumento das funções do Estado é resolvido com o crescimento do aparelho burocrático. Na medida em que a população cresce e cria novas demandas, o Estado também assume novos deveres ficando obrigado a aumentar sua prestação de serviços e, logo, seu aparelho burocrático. Um aparelho — deve-se notar — de estrutura hierarquizada, portanto, não democrático.

Se as decisões se tornam cada vez mais técnicas e cada vez mais implementadas por aparelhos burocráticos, diminuindo sobremaneira o seu conteúdo político, pode-se imaginar que a competência do cidadão e, conseqüentemente a sua soberania, fiquem mais restritas.

Dentro de todas essas dificuldades uma coisa é certa: De qualquer forma a competência da União, em maior ou menor grau, deve ser exercida no interesse de toda a coletividade. Uma democracia que só se manifesta a nível nacional em levar em conta os interesses e as reivindicações dos Governos estaduais é uma democracia apenas nominal, porque controla do alto sem ter como meta o bem estar do cidadão. Se o planejamento é decidido no centro, sem uma relação efetiva com a sociedade e as exigências reais que ela exprime, não é somente autoritário, mas também é ineficaz porque não se baseia nos anseios da população.

A tendência de enfraquecer o Estado e fortalecer a União tem ocorrido, inclusive, nos Estados Unidos. Mas no Brasil a situação parece, de certa forma, desequilibrada. Efeito dos 20 anos de governo autoritário, segundo alguns especialistas. A União concentrou poder político e econômico deixando os Governos estaduais sem possibilidade de agir com maior independência. Vale lembrar que durante algum tempo os Governos eram escolhidos em Brasília e apenas homologados pelas Assembleias Legislativas.

Cabe à Assembleia Nacional Constituinte restabelecer o equilíbrio do sistema federativo nacional. Alguns passos até já foram dados, como o restabelecimento das eleições diretas para governador. Mas para restaurar a Federação é preciso dar autonomia política e econômica aos Estados. Ter receita própria é fundamental para que os Estados possam agir de acordo com as peculiaridades das diversas regiões para não ficarem atrelados à União.

O sistema federativo faz parte da nossa cultura, da nossa tradição. Funciona, por isso deve ser restaurado. Essa não é uma disputa com a União, mas uma necessidade. É preciso que a União volte ao seu papel de origem, permitindo que os Estados possam atuar de forma menos dependente.

Antônio Carlos Mesquita é Secretário do Governo do Estado de São Paulo.

Descentralizar recursos

TÂNIA BACELAR

Nos últimos anos da história brasileira, importantes danças se processaram na economia e na sociedade, sob o amparo do regime autoritário, e mais recentemente, sob a forma de uma transição que se arrasta lentamente. Ao mesmo tempo que o País se integra no contexto da economia capitalista mundial com a modernização e diversificação de sua base produtiva, construindo a oitava economia do mundo, as diferenças sociais se ampliavam.

Hoje, somos o exemplo concreto de um país rico com uma população predominantemente miserável. País que domina as mais modernas tecnologias mas onde entre cada mil crianças nascidas, 68 morrem antes do primeiro ano de vida. Percentual agravado na região Nordeste, cujo índice atinge 107. Um país onde a construção da verdadeira democracia é um enorme e difícil projeto a ser consolidado, pois

acompanhando a concentração do poder ditatorial e da riqueza nas mãos de poucos, assistimos a uma enorme centralização de recursos públicos na esfera federal e, conseqüentemente, o esmagamento da Federação brasileira.

Cada vez que o povo brasileiro é chamado a se pronunciar, exige mudanças profundas nesse rumo e estado de coisas, como mostram as recentes eleições para prefeitos e governadores. A dimensão do desejo de mudança se revelou na enorme expectativa colocada nas mãos dos novos governantes, infelizmente herdeiros de Estados falidos e de mãos atadas pela carência de recursos para atender as demandas sociais mais elementares de um povo faminto. E ainda crente na via pacífica de transformação da sociedade brasileira.

O avanço da democracia no Brasil passa indiscutivelmente por novas formas de relação entre União e Governos estaduais. Passa por um novo modelo tributário que descentralize os recursos públicos, permitindo a ado-

ção de formas diferenciadas e inovadoras de atendimento às demandas sociais mínimas do nosso povo. Relações novas entre Estados e União, comandadas pelos reais interesses da população. É preciso evitar que um prefeito de uma pequena cidade para construir uma simples creche precise fazer um projeto, viajar a Brasília, pagar escritórios de lobbies, enfrentar tantos vexames para atender a uma necessidade tão elementar do povo que o elegeu. Evitar que isso se produza com os Governadores que, pretendem apenas dar ao povo acesso a coisas fundamentais como água, energia, moradia, saúde e transporte — Governadores que querem evitar a ampliação da fratura social existente entre país rico e população miserável. "Que só acreditam numa nação livre quando suas classes trabalhadoras adquirem aquelas liberdades mínimas essenciais à dignidade do homem e do trabalho", como acredita o Governador Miguel Arraes.

Tânia Bacelar é economista e ex-Diretora de Planejamento Global da Sudene.